



30 de outubro de 2024

2.º Seminário Energia e Clima da CPLP

Oportunidades e desafios dos fundos climáticos

Breves notas e reflexão sobre o papel do investimento privado



Sofia Coelho Pereira

Introdução

Um dos principais desafios para a transição energética é a mobilização de recurso financeiros.

A transição energética efetiva só acontecerá com um esforço coletivo. Isto envolve:

- Iniciativas de todos os *players* da cadeia de valor da energia, que vai desde o produtor, ao distribuidor e ao consumidor;
- Ampliação e facilitação de acesso ao financiamento;
- Valorização do investimento privado, em complementaridade com os projetos públicos.

A aceleração da transição energética exige a mobilização de muitos recursos, designadamente financeiros, tecnológicos e humanos, e o envolvimento de todos: Estado e Municípios, entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

A realidade do sector energético é diversa entre os vários países da CPLP. Embora alguns ainda tenham as suas economias assentes nas receitas provenientes da exploração de recursos fósseis, outros já se tornaram referências a nível mundial em matéria de energias renováveis. O certo é que todos apresentam um enorme potencial de energias renováveis e têm vindo a desenvolver esforços para o aproveitar.



Ainda que em diferentes ritmos, os países da CPLP têm vindo a trabalhar nas suas estratégias de transição energética e estas refletem os desafios e as oportunidades a nível nacional.

Financiamento climático - O que é?

Financiamento climático consiste no acesso a recursos financeiros direcionados a ações concretas que ajudem a mitigar ou a adaptar circunstâncias às alterações climáticas. Isto inclui:

Mitigação: Projetos que reduzem emissões de gases de efeito estufa, como projetos de energia renovável, eficiência energética e reflorestamento.

Tecnologia: Desenvolvimento e implementação de tecnologias limpas que promovem uma economia de baixo carbono.

Adaptação: Iniciativas que ajudam comunidades e ecossistemas a se prepararem para os impactos das alterações climáticas, como criação de infraestruturas, projetos de gestão de água, etc.

Capacitação: Apoio a países em desenvolvimento para fortalecer as suas capacidades para enfrentar os desafios climáticos.

Financiamento climático - Origem

O financiamento climático pode ter diversas fontes:

/ Governos nacionais

/ Conversões de dívida pública

/ Instituições financeiras multilaterais

/ Doações de organizações não governamentais

/ Instrumentos financeiros especializados, que têm subjacente a obrigatoriedade de investimento em projetos de energia limpa

Financiamento climático do Banco Mundial atinge recorde de 42,6 mil milhões de dólares

Investimento aumentou 10% em relação ao ano transato, mas continua aquém do necessário para combater as alterações climáticas. Em 2025, a ambição é que o financiamento climático represente 45% do total de empréstimos.

Sónia Santos Dias

20 de Setembro de 2024, às 09:40



O objetivo é mobilizar recursos para enfrentar a crise climática de forma eficaz e sustentável.

Financiamento climático - Etapas e estratégias para o acesso

O acesso – pelos Estados ou entidades privadas – ao financiamento climático, ou seja, a recursos financeiros para financiar este tipo de projetos, envolve alguma complexidade.

Identificação de Fontes de Financiamento	Elaboração dos Projetos	Parcerias e Colaboração	Capacitação e Avaliação	Submissão de Propostas
<ul style="list-style-type: none">- Governos: Muitos países têm programas de financiamento climático, como fundos nacionais ou regionais- Organizações Internacionais: Instituições como o Banco Mundial, o Fundo Verde para o Clima e a ONU dispõem de recursos para projetos climáticos- Instituições Multilaterais	<ul style="list-style-type: none">- Identificação do financiamento pretendido / disponível e obtenção de informação sobre os requisitos para aceder ao mesmo- Desenvolvimento de projetos claros e bem estruturados, que detalhem os respetivos objetivos e metas, o impacto ambiental e social do projeto, e a sustentabilidade financeira- Inclusão de análises de custo-benefício e avaliações de risco	<ul style="list-style-type: none">- Alianças com outras organizações, ONGs, universidades ou empresas que possam fortalecer e ampliar o alcance do projeto, dando contributos em termos de realização de estudos	<ul style="list-style-type: none">- Formação das equipas dos Estados e empresas com o objetivo de compreender melhor os requisitos e processos de acesso a financiamento- Capacitação da entidade para promover monitorização e avaliação de resultados, o que é crucial para elaboração de relatórios para os financiadores (e facilitar futuras captações de recursos)	<ul style="list-style-type: none">- Cumprimentos dos requisitos formais, técnicos e financeiros, que variam consoante a fonte de financiamento- Respeito pelos prazos



Esses passos ajudam a garantir que as propostas sejam competitivas e alinhadas com as prioridades dos financiadores.

Financiamento climático - Requisitos de elegibilidade e acesso

O primeiro passo é a análise das diretrizes específicas de cada financiador / financiamento para compreender os critérios de elegibilidade.

Os requisitos - formais, técnicos e financeiros - para aceder aos financiamentos variam consoante a fonte de financiamento climático. No entanto, regra geral, alguns requisitos comuns incluem:

1. PROPOSTA DE PROJETO DETALHADA

- Descrição clara dos objetivos, atividades, cronograma e resultados esperados
- Justificação com dados concretos sobre a forma como o projeto contribui para a mitigação ou adaptação às mudanças climáticas

2. ANÁLISE DE VIABILIDADE

- Estudos que demonstrem a viabilidade técnica, financeira e ambiental do projeto
- Avaliação de riscos e planos de mitigação

3. CONFORMIDADE COM NORMAS E POLÍTICAS

- Alinhamento do projeto com as políticas climáticas locais, nacionais e internacionais
- Definição da estrutura legal necessária
- Conformidade com o quadro regulatório e legal do país de destino do projeto

Financiamento climático - Requisitos de elegibilidade e acesso

4. ORÇAMENTO DETALHADO

- Projeções financeiras claras, incluindo custos, fontes de financiamento (importância do *debt equity ratio*) e sustentabilidade financeira a longo prazo

5. CAPACIDADE INSTITUCIONAL

- Demonstração de que a organização tem a experiência e a capacidade necessárias para implementar o projeto com sucesso
- Importância da conformidade da documentação da entidade candidata ao financiamento

6. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

- Planos para monitorar o progresso do projeto e avaliar os seus impactos, com indicadores claros de sucesso

7. ENVOLVIMENTO E ADESÃO DAS PARTES INTERESSADAS

- Demonstração e evidência de que as comunidades locais e outros *stakeholders* foram consultados e envolvidos no desenvolvimento do projeto

8. SUSTENTABILIDADE

- Estratégias que garantam a continuidade dos benefícios do projeto após o término do financiamento.



Estes requisitos, para além de fundamentais no acesso ao financiamento, ajudam a garantir que os projetos sejam eficazes e que os recursos sejam utilizados de maneira responsável e transparente.

Financiamento climático - Acesso pelo investidor privado

- As iniciativas privadas devem complementar o investimento e iniciativas públicas no âmbito de projetos de energia renováveis – este é um vetor incontornável da aceleração do processo de transição energética
- O setor privado deve ser “chamado a envolver-se”, o que se fará não apenas através da adaptação do quadro regulatório, mas também abrindo oportunidade a novas iniciativas
- O acesso ao financiamento climático para o setor privado é um processo complexo, que requer planeamento
- O 1.º passo é a identificação de um projeto e o 2.º a identificação de oportunidades de financiamento e respetivos critérios de elegibilidade
- Cada financiador tem as suas diretrizes específicas
- Os critérios de acesso ao financiamento são muitas vezes difíceis de cumprir em virtude da complexidade do processo ou do valor mínimo do investimento
- Os investidores privados têm, assim, de explorar diferentes opções, incluindo fundos de investimento sustentáveis nacionais e internacionais, bancos de desenvolvimento, etc.
- Pouca disponibilidade de linhas de crédito com condições especiais para projetos de transição energética na banca comercial



Envolvimento do setor privado – Notas Finais

- A maior parte da potência renovável nos diversos países da CPLP tem sido desenvolvida numa lógica de investimento público, em que o envolvimento privado está assente numa lógica de *Engineering Procurement and Construction (EPC)* e angariação de financiamento, ficando as centrais propriedade da empresa nacional de produção /distribuição e sob a sua gestão.
- A tendência e realidade internacional, incluindo nos países da CPLP, é a transição de uma lógica de investimento exclusivamente público na geração, para investimento privado com apoios estatais, passando o sector privado a assumir o papel de *Independent Power Producer (IPP)*. Desta forma o investimento público fica mais direcionado para investimentos na rede nacional de transporte e expansão da rede de distribuição.
- O envolvimento do setor privado é fundamental para o desenvolvimento de infraestruturas de energia renovável e aquisição de tecnologias sustentáveis
- A garantia de cumprimento do setor privado de todas as boas práticas e normas, será feita através da negociação de contratos de aquisição de energia e contratos de concessão onde estas estejam previstas.
- Importância da existência de quadros regulatórios claros e razoáveis e processos de licenciamento simplificados.
- Necessidade de políticas públicas que favoreçam a implementação de soluções eficientes do ponto de vista energético no contexto de determinados projetos de investimento, o que implica que os investidores consigam o fundamental acesso ao financiamento para a respetiva implementação.



Obrigada

Sofia Coelho Pereira

Sofia.Pereira@mirandalawfim.com